

Difusão e acumulação do patrimônio documental: caso de acervos privados

ISABEL CRISTINA ARENDT*

1 Introdução

O município de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, abriga instituições privadas, cuja criação remonta ao século XIX e, de certa forma, são também testemunhas e se confundem com a própria história do município. Na falta de política municipal e de ações que se ocupem com a guarda e difusão da documentação histórica referente ao município de mais de cem anos, entraram em ação e assumiram este papel instituições de caráter privado: de cunho religioso, educativo e/ou cultural, denominadas, por razões de ética na pesquisa, de instituições A, B e C. Vale destacar que uma destas instituições pesquisadas abriga documentação gerada pela administração municipal de São Leopoldo desde meados do século XIX, quando se instituiu a Câmara de São Leopoldo.

Como delimitador do presente estudo, consideramos o fato de serem instituições privadas, que se ocupam, mesmo que parcialmente, com a preservação da memória do município em questão. Atuam como instituições de memória, na forma de arquivo ou museu e memorial que também custodiam acervos documentais. E concordamos com Jardim na seguinte afirmação:

A memória no espaço arquivístico só é ativada [...] se tais lugares de memória forem gerenciados também como lugares de informação, onde esta não é apenas ordenada, mas também transferida. É enquanto lugares de informação - espaços (às vezes virtuais) caracterizados pelo fluxo informacional - que os arquivos (em qualquer uma das fases do ciclo vital) redefinem sua dimensão político-social. (JARDIM, 1998).

Queremos, portanto, apresentar este cenário, considerando que dentre as ações de gestão em arquivos está a difusão da informação, como um dos objetivos centrais das instituições que têm sob sua custódia patrimônio documental, que tratam de informações sobre um tempo da história do município, de seus habitantes, sua economia, política entre outros aspectos relevantes, e assim nos perguntamos como acontece a difusão destes acervos que estão sob a guarda de instituições privadas localizadas no município de São Leopoldo -

* Doutora em História/UNISINOS e Especialista em Gestão de Arquivos. Atua no Acervo Documental e de Pesquisa do Memorial Jesuíta, Biblioteca da UNISINOS, e é professora do Curso de Letras desta Universidade. O presente texto baseia-se em estudo realizado como requisito parcial do Curso de Especialização em Gestão de Arquivos (2010), sob a orientação da Profa. Ms. Rosani Beatriz Pivetta da Silva.

RS. Fator convergente e comum a estas instituições é a sua consciência e responsabilidade para com o fato de que acervos restritos à responsabilidade de instituições privadas também podem ter uma função pública.

Entendemos que a difusão, atribuída mais especialmente aos arquivos públicos, por exemplo, no texto sobre “difusão editorial, cultural e educativa em arquivos” de Bellotto, deve ser estendida às instituições privadas que produzem ou guardam acervos históricos de interesse público.

Como muito bem apresenta Fonseca, em seu artigo “Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas”, no qual fundamenta e explica a origem de diversos conceitos que estão relacionados com o direito ao acesso à informação e conseqüentemente às instituições que produzem a informação, sendo esta de caráter público ou privado,

Os impedimentos do acesso aos arquivos não são de ordem exclusivamente legal; há muitos obstáculos não legais – certamente também políticos – ao acesso aos documentos de arquivo. Estes obstáculos estão referidos, basicamente, à carência de recursos humanos e materiais nas instituições arquivísticas e a sua incapacidade político-administrativa de ocuparem seu lugar na liderança das políticas arquivísticas de seus respectivos países (FONSECA, 1999: 8).

Nesse sentido, definiu-se nosso problema de pesquisa: quais são as políticas de difusão adotadas para o patrimônio documental que está sob custódia de três instituições privadas no município de São Leopoldo – RS? Para dar conta desse problema de pesquisa, considerou-se como foco a análise de três instituições privadas, cada uma com a sua especificidade, na qual duas conservam documentação de caráter histórico e religioso; e uma, de caráter cultural e educativo. Interessa-nos, portanto, conforme os objetivos do presente estudo, conhecer as políticas de difusão destas instituições.

O estudo das políticas de difusão adotadas por estas instituições poderá auxiliar-nos a conhecer suas possibilidades, bem como seus limites de ação em favor da difusão e acesso à informação, questão primordial para estas e outras instituições com a mesma finalidade. A difusão da informação custodiada pelas instituições que detêm acervos e, portanto, preservam informação de interesse público, é uma das ações fundamentais que compõem a gestão em arquivos. O tema do presente estudo, portanto, refere-se à linha de pesquisa “gestão de programas e dos serviços de arquivos”, conforme as linhas de pesquisa propostas por Couture, Martineau e Ducharme (1999, apud Pesquisa II, 2009: 37-38). A gestão dos serviços de pesquisa prevê o estudo da teoria e prática das organizações, além da planificação e avaliação

de programas, da gestão, marketing e relações públicas. Nesse contexto de pesquisa insere-se a presente pesquisa, cujo objetivo geral é pesquisar as políticas de difusão adotadas para o patrimônio documental que está sob custódia em três instituições privadas, localizadas no município de São Leopoldo – RS. Os específicos do estudo são: a) identificar quais segmentos de acesso e/ou difusão são atendidos pelas instituições objeto da presente pesquisa; b) realizar estudo comparativo entre as instituições que são foco da presente análise; c) identificar as principais necessidades destas instituições no que se refere à difusão e acesso à informação.

2 Conceituando difusão

Atualmente, há consenso em torno da necessidade de os arquivos e/ou instituições custodiadoras de documentos de valor permanente direcionarem suas ações aos usuários, ou seja, devem servir à sociedade e seus diversos agentes (JARDIM, 2004). O que, porém, se entende por difusão, é o que buscamos conceituar e apresentamos a seguir.

Na busca por referencial teórico que pudesse embasar a presente pesquisa, deparamo-nos com uma análise realizada pela Profa. Simone Silva Fernandes, apresentada no programa SESC-Memórias - sob o título “Difusão da Informação em Centros de Documentação e Memória: construção de um espaço de mediação entre acervo e público” em setembro de 2009. Retomamos, a seguir, pontos centrais de sua apresentação, por considerá-los absolutamente pertinentes aos objetivos da presente pesquisa. Na falta de um texto da autora sobre a análise que realiza, referenciamos a própria palestra, a qual poderá ser consultada integralmente em <http://www.tvaovivo.net/sescsp/sescmemorias/default092009.aspx>.

Nesta palestra, Fernandes apresenta-nos, baseada nos relatórios RAMP da UNESCO¹, o conceito difusão como a construção de um espaço de mediação entre o acervo e o público. A partir dos autores que tratam do tema já nas décadas de 1970 e 1980, a autora fundamenta sua discussão e critica as abordagens mais recentes do conceito de difusão, por vezes baseados, segundo Fernandes, em referenciais não explicitados ou limitados à realização de exposições, valendo-se de conceitos emprestados de outras áreas, como a museologia.

¹ Podem ser consultados em http://www.unesco.org/archives/new2010/en/ramp_studies.html.

A autora salienta a dificuldade de encontrar o conceito “difusão”, o que a levou a compará-lo com o conceito “acesso” – encontrado em dois dicionários de terminologia arquivística – Dicionário de Terminologia Arquivística (1996) e Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2006). Segundo Fernandes, ambos os conceitos são perfeitamente comparáveis, pois compreendem os mesmos objetos.

Comparou, então, acesso com difusão – aquele a partir dos dicionários terminológicos, e este a partir das reflexões de autores consagrados na área arquivística e que discutem e/ou apresentam o conceito, ou conforme Fernandes, o tema difusão. A professora aponta para uma diferença: acesso seria um termo claro; e difusão seria um tema, uma reflexão, uma análise a ser construída. A partir de uma análise reflexiva e abrangente dos autores Michel Duchein, Terry Cook, Hugh A. Taylor, Sue Holbert, Ramon Fugueras e Heloisa L. Bellotto, Fernandes afirma que ambos os conceitos, porém, pressupõem o mesmo conjunto de atividades: possibilidade de consulta, existência de autorização legal, existência de instrumentos de pesquisa e promoção do uso dos documentos.

Difusão é entendida como o conjunto de ações estratégicas para a promoção da instituição custodiadora e do seu próprio acervo, o que Fernandes designa também de política pró-ativa da mesma instituição. Para esclarecer estes conceitos, Fernandes retoma a autora Sue Holbert, cuja conceituação está publicada nos relatórios RAMP da UNESCO, para melhor definir uma linha mestre para o conjunto de políticas de difusão. Compõem esta linha três elementos: o acesso físico, o acesso legal e o acesso intelectual, os quais possibilitam uma política plena de difusão, se trabalhadas em conjunto. Detalhamos a seguir, cada um dos três aspectos que, segundo Fernandes, baseada em Holbert e Duchein, devem compor a difusão de arquivos de valor permanente.

a) o acesso físico: é o segmento que se preocupa com a guarda e a conservação do acervo e com a instalação de infra-estrutura e de ambiente de consulta na instituição. Este compreende as políticas de aquisição e de preservação de acervo, bem como políticas de provisão de salas e equipamentos que permitem o uso e a reprodução de diferentes formatos documentais.

b) o acesso legal: é o conjunto de procedimentos que se preocupa com os aspectos jurídicos dos documentos arquivísticos, relativos à difusão da informação, ou seja, com os aspectos permissivos e restritivos quanto à publicização de documentos de arquivos. Neste

aspecto, estão inseridas as políticas de aquisição de acervos e as políticas de formalização de termos de custódia de acervo e de responsabilidade pelo uso da fonte documental.

c) o acesso intelectual: é o segmento que se refere às políticas que define as linhas temáticas do acervo e sua ampliação conforme demandas institucionais e do público, as políticas de metodologias de arranjo e descrição, as políticas culturais de difusão ou publicização do acervo e a capacidade de teorização do fazer arquivístico.

Este último segmento engloba, por sua vez, os itens atualmente mais evocados, quando se trata do tema “difusão” de acervos. Referimo-nos aos programas de ações educativas, de exposições temáticas, de publicação de instrumentos de pesquisa, uso de tecnologia, definição de usuários (habitual, geral e potencial), assim como a capacitação de profissionais mediante cursos, eventos científicos, e a publicação de instrumentos de pesquisa e de textos científicos.

Fernandes (2009) critica especialmente a atual segmentação destes componentes da difusão, na qual a difusão é definida com ações que envolvem apenas alguns destes. Esta fragmentação ou segmentação talvez possa ser explicada pelo esforço de autores como Jardim para fazer o campo arquivístico e seus sujeitos entenderem que a informação é objeto da arquivologia e que, portanto, os arquivos devem compreender serviços de informação que ultrapassem “a melhoria dos métodos de arranjo, dos instrumentos de pesquisa e das condições legais de acesso aos documentos.” (JARDIM, 2004).

Tomamos, portanto, como base para a nossa pesquisa sobre as políticas e ações de difusão adotadas em instituições custodiadoras de acervos privados e/ou públicos em São Leopoldo, estas três linhas. Estas serviram de base para a formulação do questionário aplicado naquelas instituições, cujos resultados são apresentados em capítulo subsequente.

As três instituições pesquisadas são instituições privadas, porém preocupadas com o acesso público ao patrimônio que custodiam. Uma instituição caracteriza-se como um Arquivo, ou seja, assume esta função em sua identificação. Ela custodia arquivo histórico de uma instituição específica, cuja atuação remonta ao século XIX em São Leopoldo. A outra define-se como um Museu, que custodia também um arquivo da administração municipal de São Leopoldo (1850 a 1950), já que este município não possui arquivo municipal. A terceira instituição está vinculada a uma biblioteca universitária e custodia coleções e fundos documentais.

Se as abordagens mais teóricas a respeito da difusão ainda são mais escassas, ações de difusão vêm sendo aplicadas com sucesso em instituições brasileiras responsáveis pela guarda e preservação de documentos de valor permanente. Dentre elas, destacamos o trabalho do Arquivo Público do Estado de São Paulo, o CEDIC da PUC-SP, já mencionado, a Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. Basta espirmos o sítio destas na internet para verificarmos os esforços destas instituições com relação à difusão de seus acervos e sua informação.

3 Metodologia e análise dos resultados

Para a coleta dos dados, foi utilizado um instrumento, neste caso um questionário, o qual foi aplicado aos principais gestores das instituições pesquisadas, com perguntas referentes à política de difusão definida em cada instituição; quais ações de difusão já foram realizadas e qual a compreensão de seus gestores sobre política de difusão. Quanto à metodologia de aplicação do questionário, este foi enviado aos respectivos gestores das instituições por correio eletrônico, após conversa pessoal e/ou por telefone. Seu preenchimento ficou sob a responsabilidade da própria instituição. Foram então devolvidos juntamente com o Termo Livre Esclarecido devidamente assinado.

É relevante destacar que as instituições pesquisadas não foram identificadas com seus nomes, para respeitar a questão ética em pesquisa, mesmo com a autorização das mesmas. Nesse sentido, as instituições foram identificadas por letras: Instituição A; Instituição B e Instituição C.

As respostas das três instituições estão compiladas no quadro comparativo apresentado abaixo, para uma visão geral dos dados. A seguir é apresentada a análise e discussão de cada item referente às ações de difusão e/ou acesso:

QUADRO I – VISÃO GERAL DOS DADOS COLETADOS

| Segmentos e atividades desenvolvidas e/ou atendidas | Instituição A | Instituição B | Instituição C |
|--|---------------|---------------|---------------|
| 1. Acesso físico | | | |
| 1.1 Políticas de aquisição de acervo | | | |
| 1.1.1 Análise das condições físicas dos documentos que serão incorporados ao acervo | X | X | X |
| 1.1.2 Análise das condições de infra-estrutura da instituição para manter o acervo | X | | X |
| 1.1.3 Acompanhamento e diagnóstico da situação do depósito para fins de crescimento físico da documentação | X | | X |

| 1.2 Políticas de preservação de documentos de valor permanente | | | |
|--|---|-------------------------|---|
| 1.2.1 Instalação física dos depósitos (estrutura, mobiliário e segurança) | X | X | X |
| 1.2.2 Climatização dos depósitos (programas específicos conforme os suportes documentais) | X | | |
| 1.2.3 Acondicionamento do acervo (embalagens conforme o suporte e dimensão dos documentos) | X | X | X |
| 1.2.4 Registro topográfico do acervo (programas e mapas de localização de partes do acervo) | X | X | |
| 1.2.5 Reprodução de segurança do acervo: programas de reprografia (microfilmagem) e digitalização | X | X | |
| 1.3 Políticas de provisão ao atendimento (de salas e equipamentos que permitem o uso e a reprodução de diferentes formatos documentais) | | | |
| 1.3.1 Acesso a documentos originais e/ou cópias | X | X | X |
| 1.3.2 Salas ambientadas para consulta e segurança do acervo | X | X | X |
| 1.3.3 Equipamentos de reprodução de documentos conforme suporte e especificidade | X | X | |
| 2. Acesso legal | | | |
| 2.1 Políticas de aquisição de acervo (programas que dão subsídios legais quanto à aquisição de novos acervos) | | | |
| 2.1.1 Compra: procedência, valor e direitos de propriedade e de uso | | | |
| 2.1.2 Permuta: procedência, prazos e direitos de uso | | | |
| 2.1.3 Doação: políticas de formalização de termos de custódia de acervo | X | X | X |
| 2.1.4 Normalização do acesso: cadastro de usuário/pesquisador | X | X | X |
| 2.1.5 Políticas de formalização da responsabilidade pelo uso da fonte documental: Termo de Compromisso de Pesquisa – a ser assinado pelo pesquisador | X | | X |
| 3. Acesso intelectual: produção de conhecimento a partir do acervo | | | |
| 3.1 Políticas de aquisição de acervo | | | |
| 3.1.1 Programa que define as linhas temáticas do acervo e sua ampliação conforme demandas institucionais e do público | | X | X |
| 3.2 Políticas de metodologias de arranjo e descrição | | | |
| 3.2.1 Programa que respeita princípios e procedimentos arquivísticos e aplica-os na documentação, conforme sua natureza | X | X | X |
| 3.2.2 Programa que define a elaboração dos instrumentos de pesquisa conforme a natureza da documentação e os objetivos a serem alcançados | | | X |
| 3.2.3 Programas tecnológicos de acesso (bancos de dados, portais) | X | X não padronizada | X |

| 3.3 Políticas culturais de difusão/publicização do acervo | | | |
|--|---|---|---|
| 3.3.1 Programas de ações educativas | | X | X |
| 3.3.2 Programas de exposições temáticas | | | X |
| 3.3.3 Programas de publicação dos instrumentos de pesquisa e dos temas desenvolvidos | | | X |
| 3.3.4 Programas de uso da tecnologia | | | X |
| 3.3.5 Definição do público habitual, geral e potencial | X | | X |
| 3.4 Capacidade de teorização do fazer arquivístico | | | |
| 3.4.1 Programas de capacitação de profissionais: cursos, eventos científicos e demais atividades | X | | X |
| 3.4.2 Programas de publicação dos instrumentos de pesquisa e textos científicos | | | X |

Quadro adaptado pela autora a partir da apresentação de Fernandes (2009).

A análise dos resultados está dividida por segmentos e questões apresentados no questionário, conforme as respostas recebidas dos gestores de cada instituição sobre como conduzem a política de difusão dos acervos custodiados e gerenciados por eles.

3.1 Acesso físico

O acesso físico é entendido como segmento “que se preocupa com a guarda e a conservação do acervo e com a instalação de infra-estrutura e de ambiente de consulta na instituição” (FERNANDES, 2009), e, normalmente, não vem sendo considerados parte das políticas de difusão. Fernandes, porém, reforça que o ideal é a inserção e atendimento de todos os segmentos para se assegurar a difusão de determinado acervo. Segue o resultado de cada item que compõe o presente segmento.

3.1.1 Políticas de aquisição de acervo

Dentre os itens que compõem o segmento do acesso físico, avaliamos primeiramente as políticas de aquisição de acervo. As três instituições pesquisadas consideram atendida a análise das condições físicas dos documentos que devem ser incorporados a seus acervos. Uma das instituições não realiza análise das condições de infra-estrutura nem possui diagnóstico da situação de seu depósito para avaliar a possibilidade de crescimento físico da documentação. O não atendimento a estes dois itens poderá impossibilitar a instituição de ampliar seu acervo, ou, no mínimo, terá como consequência a falta de controle sobre sua capacidade de receber acervo para complementar coleções ou mesmo novos documentos e/ou fundos relacionados como o seu foco.

3.1.2 Políticas de preservação de documentos de valor permanente

Na questão “políticas de preservação de documentos de valor permanente”, as três informam atendimento adequado no que se refere à instalação física dos depósitos (estrutura, mobiliário e segurança) e acondicionamento do acervo (embalagens conforme o suporte e dimensão dos documentos).

Apenas uma das instituições atende à questão de climatização dos depósitos (programas específicos conforme os suportes documentais). Sobre a localização dos acervos, ou seja locais cujas condições climáticas estão marcadas por alta umidade relativa do ar e temperaturas muito variáveis, a questão deveria merecer maior atenção por parte de seus gestores. No que se refere ao registro topográfico do acervo (programas e mapas de localização de partes do acervo) e à reprodução de segurança do acervo (programas de reprografia – microfilmagem - e digitalização), duas instituições afirmam que são atendidos os itens citados. Conforme as respostas das instituições, estes itens igualmente importantes para a difusão não estão totalmente atendidos, o que indica para a necessidade de atenção das respectivas instituições para que ações de melhoria sejam levadas a efeito.

3.1.3 Políticas de provisão ao atendimento

A última questão referente ao acesso físico diz respeito às políticas de provisão ao atendimento, no caso, existência de salas e equipamentos que permitem o uso e a reprodução de diferentes formatos documentais. Esta já está bem atendida por todas as instituições foco deste estudo. Elas possibilitam acesso a documentos originais e/ou cópias, predominando a primeira opção; e também possuem sala específica para consulta, com relativa segurança para o acervo, item que, a nosso ver, pode ser melhorado. Dentre os equipamentos disponíveis para leitura e/ou reprodução de documentos conforme suporte e especificidade, estão leitoras/copiadoras de microfilmes, computadores e respectivas impressoras. A instituição que afirma não possuir tais equipamentos, talvez não tenha compreendido a proposição da questão, pois temos conhecimento da existência de uma leitora de microfilmes à disposição de seus usuários e/ou consulentes. O presente item recebe atenção maior por parte das instituições pesquisadas, o que é altamente positivo.

3.2 Acesso legal

O acesso legal prevê, também conforme Fernandes (2009), o conjunto de procedimentos que se preocupa com os aspectos jurídicos dos documentos arquivísticos, relativos à difusão da informação (aspectos permissivos e restritivos quanto à publicização de documentos de arquivos), e os resultados de cada item deste segmento são apresentados a seguir.

3.2.1 Políticas de aquisição de acervo

Especificamente sobre as políticas de aquisição do acervo, predomina, nas três instituições, a forma da doação. Esta é formalizada, mediante documento próprio para esta finalidade. Sobre as políticas de provisão e formalização de termos de custódia de acervo e de responsabilidade pelo uso da fonte documental, duas instituições afirmam atender ao referido item. Verificamos, porém, que o Termo do Compromisso é limitado, se o compararmos ao proposto, por exemplo, pelo CEDIC, em que o usuário/consultante precisa assinar comprometendo-se a respeitar a Lei dos Direitos Autorais, além de se comprometer a utilizar os documentos e dados pesquisados apenas para a finalidade declarada naquele Termo. Consideramos este, ainda, uma questão em que há maior fragilidade por parte das instituições pesquisadas.

3.3 Acesso intelectual

Uma breve análise do segmento acesso intelectual no quadro que resume as respostas das instituições leva-nos a sugerir que este é o item com maior disparidade e falta de atendimento por parte das três instituições pesquisadas. Procedemos, a seguir, a análise de cada item deste segmento.

3.3.1 Políticas de aquisição de acervo

No que se refere ao primeiro componente deste segmento, ou seja, se a instituição possui programa que define as linhas temáticas do acervo e sua ampliação conforme

demandas institucionais e do público, duas instituições consideram que possuem tal programa.

3.3.2 Políticas de metodologias de arranjo e descrição

Também as políticas de metodologias de arranjo e de descrição são marcadas como atendidas pela maior parte das instituições pesquisadas. Pelo conhecimento que possuímos sobre as respectivas instituições, porém, afirmamos que o respeito aos princípios e procedimentos arquivísticos possivelmente não seja atendido plenamente em duas delas, pois não há profissional da área na equipe informada. No que se refere ao programa de instrumentos de pesquisa, de fato uma instituição apenas atende à questão. Já programas tecnológicos de acesso, como bancos de dados e portais, são utilizados pelas três instituições. Uma delas ressalta que não há padronização.

3.3.3 Políticas culturais de difusão/publicização do acervo

O terceiro item deste segmento refere-se às políticas culturais de difusão do acervo, nos quais estão inseridos os seguintes programas, conforme Fernandes (2009), baseada em Sue Holbert :

- Programas de ações educativas;
- Programas de exposições temáticas;
- Programas de publicação dos instrumentos de pesquisa e dos temas desenvolvidos;
- Programas de uso da tecnologia;
- Definição do público habitual, geral e potencial.

Aqui encontramos a crítica central de Fernandes sobre o conceito de difusão, pois salienta, sempre baseada em Holbert, que para trabalhar adequadamente a potencialidade das instituições custodiadoras de acervos, devem ser considerados todos os três segmentos abordados pela autora em sua palestra e aplicados na presente pesquisa. Segundo ela, atualmente tem sido consideradas apenas as políticas culturais de difusão de acervos, o que considera um equívoco.

As ações das três instituições pesquisadas, no entanto, no que se refere aos programas definidos como pertencentes à política cultural, são ainda tímidas. Os segmentos anteriores parecem estar ainda na pauta principal dentre as ações e políticas aplicadas por elas.

3.3.4 Capacidade de teorização do fazer arquivístico

Por fim, analisamos a capacidade de teorização do fazer arquivístico, que envolve programas de capacitação de profissionais através de, por exemplo, cursos e eventos científicos, bem como os programas de publicação dos instrumentos de pesquisa e textos científicos. Destacamos que, apesar de parte das instituições terem marcado como segmentos atendidos, possivelmente não estejam se referindo especificamente à teorização do fazer arquivístico, porém de forma mais ampla e temática, participação e organização de eventos, cursos de curta duração sobre temas relacionados ao foco da instituição, conforme a programação cultural disponibilizada na página da Instituição na internet.

3.3.5 Conceito de difusão

As três últimas perguntas propostas no questionário referem-se à compreensão do conceito de difusão, à existência ou não de um plano de difusão e à composição da equipe responsável pela difusão nas respectivas instituições pesquisadas. Suas respostas a estas questões são apresentadas a seguir.

3.3.5.1 Plano de difusão

O questionamento proposto refere-se à existência de um plano de difusão e à previsão de ações futuras. As respostas são as seguintes:

O Arquivo está em fase de negociações para ampliação do espaço físico. As salas que ocupa hoje, junto à Biblioteca da [INSTITUIÇÃO A], estão no limite da capacidade. A ampliação do espaço físico dará condições para que novos documentos sejam incorporados ao acervo. (INSTITUIÇÃO A)

Não existe plano de difusão, embora estrategicamente alguns tópicos estejam sendo atendidos através dos projetos. (INSTITUIÇÃO B)

Elaboração de um curso sobre a história de São Leopoldo do período republicano. (INSTITUIÇÃO C)

Predomina, portanto, uma preocupação com ampliação do espaço físico para então receber mais acervo, a falta de plano de difusão e um plano limitado a somente uma ação de difusão, qual seja o da elaboração de um curso. Poderíamos realizar, aqui, uma série de sugestões de bibliografia e de ações já publicadas, as quais poderiam servir de base às três instituições, pois sem planejamento para o futuro, suas ações de difusão continuarão limitadas ao que realizam e entendem como possível e/ou suficiente nesse momento. Sugerimos, por

exemplo, os estudos de autores brasileiros como José Maria Jardim (1999, 2004), Heloisa Bellotto (2004) e de Carlos Blaya Perez (2005).

3.3.5.2 Responsáveis pela política de difusão

Ao questionamento sobre quais profissionais são responsáveis ou compõem a equipe que define a política de difusão na Instituição, a INSTITUIÇÃO A informou que há uma Diretoria responsável, composta por um docente, um historiador e uma pessoa que ocupa cargo diretivo na instituição superior, mantenedora daquela.

A INSTITUIÇÃO B informou que, apesar de não haver uma política de difusão formalizada, há profissionais capazes para definir esta política: “historiadores, arquivistas, bibliotecários e pesquisadores.”

A INSTITUIÇÃO C cita dois historiadores, um profissional da comunicação e o Presidente da Diretoria da Instituição como equipe responsável pela definição de política de difusão desta Instituição.

Nesse ponto, verificamos que nas instituições pesquisadas, as quais são custodiadoras de patrimônio documental histórico, as equipes de profissionais atuantes na difusão de seus acervos são formadas predominantemente por profissionais da área de história. Uma das três instituições mantém um arquivista em seu quadro de profissionais.

3.3.5.3 Conceito de difusão

Perguntamos, por fim, o que o gestor responsável (ou a equipe) entende por política de difusão de acervos. Seguem as respostas:

Não lembro que esta questão tenha sido intencionalmente tematizada. Neste assunto temos agido mais por intuição do que propriamente por uma política propositiva (até o momento!) (INSTITUIÇÃO A)

Creio que não haja uma visão clara sobre política de difusão, por parte da equipe. Esse tema ainda é bastante específico. [...] (INSTITUIÇÃO B)

A difusão de acervos envolve guarda e manutenção com vistas à divulgação e disponibilização do acervo aos pesquisadores, de acordo com as orientações técnico-científicas de cada acervo. (INSTITUIÇÃO C)

Os informantes das respectivas instituições pesquisadas revelaram a falta de uma política propositiva de difusão, bem como a falta de visão clara sobre o que seja política de

difusão. A conceituação apresentada pela instituição C está mais próxima daquilo que defende Fernandes (2009) e que embasa nossa pesquisa, ou seja, a existência de uma política de difusão que englobe, ao mesmo tempo, os três segmentos – acesso físico, legal e intelectual – como um conjunto de ações e uma política pró-ativa.

4 Considerações finais

Esta pesquisa reflete a situação das três instituições de São Leopoldo no que se refere ao atendimento aos três segmentos considerados essenciais para uma efetiva política de difusão dos acervos – possibilitar o acesso físico, legal e intelectual. Além disso, analisa a visão que os gestores e/ou equipe responsáveis pelas instituições pesquisadas possuem e como pensam sua instituição no que se refere às políticas de difusão.

Com base nos resultados apresentados pelas instituições aqui pesquisadas, podemos afirmar que dificuldades primárias – como limitação financeira, equipes reduzidas e, em parte, falta de profissionais com formação específica - ainda as marcam e diminuem a capacidade de se preocuparem com o usuário e suas necessidades efetivas. Estas dificuldades limitam, portanto, as ações no sentido de uma política efetiva de difusão de seus acervos conforme o entendimento da autora que serviu de base para a conceituação da difusão no presente estudo.

Se concordamos com Fernandes no que se refere à existência de uma política de difusão plena baseada na observância e atendimento aos três segmentos de acesso – físico, legal e intelectual – então devemos concluir que as instituições pesquisadas, apesar de todo esforço já empreendido neste sentido, ainda precisam promover ações nos três segmentos para completar suas políticas de difusão conforme o entendimento aqui partilhado e defendido. Este, porém, é o teoricamente ideal que, na prática, está limitado a diversas questões desde as financeiras até falta de conhecimento sobre o que efetivamente é difusão de acervos.

Diante disso, consideramos o trabalho de difusão realizado nestas instituições – mesmo que não o seja por um profissional com formação específica - muito baseado em uma inegável “vontade de acertar” e isso em meio às condições a que estão submetidas por administrações que ainda veem a profissionalização como fator secundário ou não podem arcar com um quadro de profissionais mais completo e interdisciplinar. Dentro de suas possibilidades e de seu conhecimento sobre a difusão de acervos, atendem ao essencial

chamado no que se refere à preservação da memória destas instituições e à sua história bem como a do município de São Leopoldo.

Chamamos atenção para o fato de a memória da cidade e município de São Leopoldo estar sob a responsabilidade de instituições privadas, o que inevitavelmente nos faz perguntar onde está o poder público e sua responsabilidade que deveria ser inerente? O presente estudo não teve a pretensão de esgotar o tema e sugere a realização de novos levantamentos e estudos no sentido de auxiliar estas instituições a realizar estudo de usuários e propor atividades de difusão baseadas em estudos de autores que já se ocuparam disso.

Entendemos, ainda, que o presente estudo pode contribuir para ampliar a discussão do tema central proposto no presente Simpósio Temático “Os arquivos como objeto de pesquisa: representações, configurações e usos dos acervos arquivísticos”. A difusão dos acervos arquivísticos é de fundamental importância para que o acesso à informação esteja garantido. Poderíamos ampliar a discussão para os processos que regem a acumulação documental, considerando os aspectos da organização e disponibilização, e a responsabilidade de seus detentores – no caso específico de acervos privados. Nesse sentido, queremos enfatizar e parabenizar equipe de historiadores vinculados à ANPUH, que recentemente publicou um documento sobre "O perfil profissional dos historiadores atuantes em arquivos", resultante de discussão realizada no Arquivo Público de São Paulo (APESP) nos dias 6 e 7 de dezembro de 2012. Esta é uma contribuição no sentido de definir atuações e de sugerir às instituições custodiadoras de documentos históricos e/ou arquivos a colaboração de profissionais das diferentes áreas, dentre elas arquivologia e história, para enriquecerem suas ações de difusão e acumulação documental.

Referências

ARENDDT, Isabel Cristina. Difusão do Patrimônio Documental no município de São Leopoldo – RS. Monografia (Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos, da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, RS), Santa Maria, RS, 2011.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. (D.B.T.A.) Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações técnicas, n. 51)

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Núcleo Regional de São Paulo. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria Estadual de Cultura, 1996

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2004.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa, Portugal: Nova Enciclopédia, 1998.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de archivística**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Madrid: Pirâmide, 1996.

FONSECA, Maria Odila. **Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas**. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ci/v28n2/28n2a07.pdf. Acesso em: junho de 2009.

FERNANDES, Simone Silva. Difusão da Informação em Centros de Documentação e Memória: construção de um espaço de mediação entre acervo e público. Programa SESC-Memórias, setembro de 2009. Disponível em: <http://www.tvaovivo.net/sescsp/sescmemorias/default092009.aspx>.

FUGUERAS, Ramón Alberch. Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento. Barcelona: Editorial UOC, 2003.

JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ci. Inf.** [online]. 1998, vol.27, n.3.

JARDIM, José Maria. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. **Caderno de Textos**. Mesa Redonda Nacional de Arquivos, 1999. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. *Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte*. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v.5, n.5, out/2004. Disponível em: http://dgz.org.br/out04/F_I_art.htm. Acesso em: agosto de 2010.

JARDIM, José Maria. *Entrevista concedida a Julio Cesar Cardoso, BNDES*. **Arquivística.net** (www.arquivistica.12net.com), Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.7-21, jan/jun. 2006. Disponível em <<http://www.arquivistica.net/ojs/login.php>> Acesso em: 20 mar. de 2009.

MELLO, Margareth Ceretta de; PEREZ, Carlos Blaya Perez. Programa de difusão educativa para o Arquivo Geral da Câmara de Vereadores de Santa Maria. *Revista Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 22, n. 2 (2009). Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/sociaisehumanas/article/viewArticle/1180>.

PEREZ, Carlos Blaya. Difusão dos arquivos fotográficos. In. Peres, Rosanara Urbaneto (Org.). **Caderno de Arquivologia**, n. 2 / Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Curso de Arquivologia. Santa Maria, 2005. p.7-23.

PORTELLA, Viviane P. de. **Nível de satisfação dos usuários do Arquivo Geral da Câmara de Vereadores de Santa Maria**. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

SILVA, Zélia Lopes da (org.) **Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1999.

UNESCO. RAMP-Studies. Disponível em:

http://www.unesco.org/archives/new2010/en/ramp_studies.html

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Curso de Pós-Graduação em Especialização a Distância em Gestão em Arquivos. **Pesquisa II**. Santa Maria: 2009, aula 7.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. de Daniel Grassi. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.